

# REFERÊNCIA: QUAL A REFERÊNCIA E COMO EVOCÁ-LA?

(Reference: What is it and How to Approach It?)

Leonor SCLIAR-CABRAL

(Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq)

**ABSTRACT:** *Problems faced by theories which try to explain reference, namely, indeterminacy are discussed. Ontological categories together with common psycholinguistic processes such as either the use of contextual and extra-linguistic cues or shared knowledge allow to recover the specific and by nature endless sense of a word and its referents. The effect other factors have over structuring and retrieving meaning is empirically demonstrated by Monteiro's data obtained among 43 subjects with different levels of literacy and schooling. Two main preferred although not mutually exclusive strategies were observed: retrieval of linguistic conceptual meanings and event representations.*

**KEY-WORDS:** *Semantic Categorization; Indeterminacy; Event Representation; Literacy.*

**RESUMO:** *Discutem-se problemas confrontados pelas teorias que tentam explicar a referência, em particular, a indeterminação. Contudo, categorias ontológicas e processos psicolinguísticos como o uso das pistas extra-lingüísticas e contextuais, ou do conhecimento compartilhado, permitem recuperar os sentidos específicos e infinitos de uma palavra e seus referentes. Os efeitos do letramento e da escolaridade sobre a estruturação e a evocação do significado são demonstrados empiricamente pelos dados de Monteiro, obtidos de 43 sujeitos. Duas estratégias preferenciais, embora não mutuamente exclusivas, foram observadas: a evocação de significados conceituais e de representação de eventos.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Categorização Semântica; Indeterminação; Representação de Eventos; Letramento.*

## 0. Introdução

A leitura das publicações mais recentes sobre semântica nos leva à constatação de uma verdadeira Babel, em que os autores parecem não

usar a mesma língua. As discussões giram em torno da referência, com ênfase em problemas tais como a indeterminação, a ambigüidade, a vaguedade, a polissemia e a subespecificação.

Com efeito, seja porque as correntes epistemológicas que os sustentam não sejam as mesmas, seja por razões de ordem histórica sobre as origens da semântica inserida em disciplinas distintas, nas quais o recorte do objeto do conhecimento é metodologicamente outro, seja porque não fazem a distinção já assinalada por Humboldt entre *ergon* e *energeia*, o fato é que nos encontramos diante de um emaranhado de textos, nos quais a imprecisão e a inadequação terminológicas desqualificam quem queira discorrer sobre referência.

Acresce que, para validar empiricamente quaisquer das teorias semânticas propostas, o acesso às unidades de que trata, ou seja, o significado, é, por definição, indireto: a realidade psicológica do significado, de como está estruturado na memória semântica, de como se relaciona ao conhecimento de mundo e ao conhecimento enciclopédico é inacessível ao escrutínio direto. Por outro lado, o objeto da semântica, inserida nas ciências humanas e sociais, não é a realidade como estudada pelas ciências físicas e naturais, “mas sim as concepções que os indivíduos têm (de modo consciente ou não) das sociedades em que vivem;” (Pinto 1977: 56). Distinção idêntica já havia sido acentuada por Greimas (1966: 5): “Com efeito, se as ciências da natureza se interrogam para saber como são o homem e o mundo, as ciências do homem se colocam, de modo mais ou menos explícito, a questão de saber o que um e outro significam.” Esta distinção quanto ao objeto do conhecimento coloca enormes problemas metodológicos, a ponto de Bunge (1976: 13) afirmar que “não existem teorias semânticas viáveis a respeito de linguagens naturais”.

No entanto, por mais paradoxal que pareça, é este o papel da ciência: fazer avançar o conhecimento, através do desenvolvimento de linguagens, de instrumentos e da experimentação e, conseqüentemente, de teorias, que permitam corrigir os modelos que a percepção *naïve* constrói com os dados imediatos fornecidos pelos sentidos.

Decididamente, a ciência começa quando podemos provar que o sol não nasce no oriente nem morre no ocidente.

Portanto, embora se reconheça a dificuldade de acesso à representação mental das unidades de que se ocupa a semântica, acrescida pelas variáveis estranhas que interferem na situação experimental, toda a vez que se trata de ciências humanas, isto não obriga a alijá-la da lingüística como propôs Bloomfield (1960 [1933]), ou como o fez Fodor (1983), por considerar horizontais os processos nela envolvidos.

As teorias sobre a representação mental do significado devem ser motivadas pelo fato de as pessoas pertencentes à mesma comunidade lingüística se entenderem e produzirem textos inteligíveis: princípios comuns devem estar subjacentes ao modo como a memória semântica está estruturada. Assim, embora os referentes evocados por cada membro de uma comunidade lingüística sejam idiossincráticos e determinados pela experiência intransferível de cada um, as referências são estruturadas de acordo com padrões (no sentido de Sapir 1961: 83), atribuindo-lhes valores (no sentido de Saussure 1972: 155-169), comuns aos membros de uma mesma comunidade lingüística. Por exemplo, aceitar a existência de superordenados implica admitir alguma forma de organização da memória semântica baseada em princípios hierárquicos aplicados a entidades com alguma realidade psicológica, assumindo que “existe uma representação mental do significado” (Carey 1983 [1982]: 386). Com efeito, as evidências provindas da situação experimental têm demonstrado a existência de superordenados que comandam em relação vertical os significados sob seu escopo, ordenados entre si em relações horizontais, por semelhança semântica.

## 1. Divergências epistemológicas

O antigo debate do Crátilo continua, dividindo os semanticistas basicamente entre o realismo e o idealismo, embora haja refinamentos classificados por Abbott (1997: 129-30), em anti-representacionalismo wittgensteiniano audaz, anti-representacionalismo derivado de Putnam, idealismo semântico e realismo semântico.

Segundo Abbott, o anti-representacionalismo wittgensteiniano audaz considera a linguagem como um tipo de jogo, enquanto o anti-representacionalismo derivado de Putnam tem como ponto de partida uma língua mental, o “mentales”, cujos elementos, os conceitos, se com-

binam para formar frases e sentenças em mentalês, mas nenhuma de suas expressões representa nada; já o idealismo semântico considera que as expressões lingüísticas referem apenas entidades dependentes da mente, enquanto pelo realismo semântico as expressões lingüísticas referem coisas externas no mundo.

Na resposta a Abbott, Jackendoff (1998: 211-219) concorda com o fato de ela alinhá-lo (Jackendoff 1983, 1990, 1992) com o Lakoff de 1987 e 1988, quando ambos criticam o modelo teórico semântico da condição de verdade, uma vez que tanto ele quanto Lakoff visualizam a semântica como vinculada à psicologia, compartilhando muitos aspectos da lingüística cognitiva.

Jackendoff (1998: 211-219) retoma a divisão básica do *Crátilo*, enfatizando que a diferença essencial é entre o realismo e o idealismo: “O ponto em discussão é a diferença entre dois enfoques sobre a referência das expressões das línguas naturais:

- (1) *O realismo semântico*: “... as expressões lingüísticas se referem a entidades externas no mundo (Abbott: 130)
- (2) *O conceitualismo*: as expressões lingüísticas se referem a entidades (o mundo tal como conceituado pelo usuário da língua).”

O último enfoque é o adotado por Jackendoff sem que ele tenha abandonado o seu modelo teórico semântico (1998: 212), e também é o adotado neste artigo, já que estamos tratando do modo como os conceitos estão organizados na memória semântica. Neste aspecto específico da referência, também nos guiamos pela teoria saussureana do signo lingüístico (1972: 98): “O signo lingüístico não une uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica”. No entanto, “A tensão entre estes dois enfoques ainda não foi uniformemente resolvida e é responsável pelas maiores diferenças entre os semanticistas” (Ladusaw 1988: 91).

Pinto (1977: 30) define o realismo em filosofia da linguagem como “toda doutrina que separa radicalmente a expressão lingüística (considerada como uma sucessão de sinais fônicos ou gráficos concretos) daquilo que ela significa (considerado como alguma coisa à parte, independente e com existência logicamente anterior à da expressão)”. Em adendo, considera que para a lógica e a matemática o realismo não apresenta proble-

mas por serem línguas artificiais, enquanto o mesmo não ocorre com a lingüística que tem por objetos empíricos as línguas naturais. Pinto (1977: 31 e segs.) ainda subdivide o realismo em diádico e triádico. O primeiro, também considerado como primitivo ou ingênuo, identifica o significado com o referente e é bastante encontrado, ainda, nos textos dos psicólogos experimentais. O realismo triádico identifica o significado com o nexó mediador entre a expressão e o referente, bifurcando-se no psicologismo e no logicismo, que concebem o significado psicológica ou logicamente.

De qualquer modo, qualquer teoria que vincule obrigatoriamente o significado a um referente externo se depara com dificuldades intransponíveis, para só citar uma delas, com a existência dos sincategoremas (assim denominados por Aristóteles), ou seja, os morfemas puramente gramaticais. Por outro lado, o mesmo dêitico aponta para referentes distintos, e assim por diante.

## **2. Disciplinas distintas com diferentes recortes do objeto de estudo**

Embora possamos rastrear o debate semântico, particularmente sobre a natureza do signo, em textos mais antigos que remontam aos pré-socráticos, até a década de 60, a semântica foi praticamente banida da lingüística, tendo sido acolhida pela filosofia, pela psicologia e pela etnolingüística. No seio desta última originou-se uma das hipóteses mais frutíferas para o debate, a hipótese do relativismo lingüístico (Whorf-Sapir) em suas versões forte e fraca, pela qual, a percepção da experiência e a categorização semântica são conformadas pela língua internalizada pelos indivíduos. Inicialmente, os dois campos semânticos mais investigados para a comprovação da hipótese foram o do parentesco e o das cores. Do ponto de vista epistemológico, as hipóteses do relativismo lingüístico opõem-se às do inatismo, conforme se pode depreender do colóquio sobre as hipóteses de Whorf-Sapir promovido em 1973, pela Universidade de Ghent (Pinxten 1976).

O enfoque da filosofia privilegiou a investigação sobre o cálculo dos predicados e a formalização das condições pelas quais uma sentença é verdadeira, como é o caso do modelo teórico semântico das condições de verdade que pressupõe “atribuir a cada sentença de uma língua uma

interpretação que represente as condições sob as quais ela seria verdadeira” (Ladusaw 1988: 95). O isolamento das expressões sob análise do contexto textual e/ou interacional dos participantes do discurso torna-as inadequadas como objeto empírico de uma semântica lingüística.

O ressurgimento tardio na lingüística dos estudos de semântica acarretou, muitas vezes, a cópia do enfoque filosófico, válido para as linguagens formais, particularmente a lógica, mas não adequado para as línguas naturais, conforme acentuou Ducrot (1973).

O enfoque da psicologia privilegiou a investigação sobre as relações entre pensamento e linguagem, mas, em virtude de uma falta de aprofundamento sobre a natureza do signo lingüístico, deu origem a modelos ingênuos como o bastante difundido triângulo de Ogden e Richards (1936).

Cabe à psicologia testar experimentalmente hipóteses sobre construtos fundamentais para a semântica, como a organização dos vários tipos de conhecimento e sua representação mental, tais como os conceitos; o conhecimento de mundo e o enciclopédico, na forma de esquemas, roteiros ou marcos; a memória episódica e de eventos; os mapas mentais; as várias memórias icônicas, como as imagens das faces, dos sons, proprioceptivas, dos paladares e assim por diante. Cabe ainda à psicologia testar experimentalmente hipóteses sobre os processos envolvidos na transdução dos sinais, na construção dos perceptos, no seu reconhecimento e identificação (emparelhamento), bem como testar hipóteses sobre os processos envolvidos no planejamento, evocação e seleção dos esquemas que determinam os cálculos necessários à execução das mais diferentes ações, formulando teorias empiricamente testáveis sobre as várias capacidades do âmbito de processamento, dependentes da natureza do material a ser processado e da atenção seletiva.

Em adendo, cabe à psicologia desconfirmar ou confirmar teorias sobre a gênese do conhecimento, como é exemplo a epistemologia genética de Piaget.

À psicolingüística, ciência interdisciplinar que surgiu na década dos 50, no seminário de verão da Universidade de Cornell e se consubstanciou dois anos após, em outro seminário, na Universidade de Indiana (Scliar-Cabral 1999: 9), cabe investigar os aspectos acima mencionados, estuda-

dos pela psicologia, adstritos à linguagem verbal, aproveitando os achados da lingüística, conforme veremos, mais adiante, nas propostas de Clark sobre a estruturação semântica na criança.

Exemplificaremos as possíveis confusões advindas do uso de termos idênticos, com referências completamente distintas, examinando os termos conotação e denotação, tais como utilizados na filosofia e na psicologia (a lingüística ora pende para uma das referências, ora para a outra).

A definição de tais termos não é trivial, uma vez que são ferramenta indispensável ao estudo da referência.

Sob o enfoque da filosofia, as idéias de denotação e conotação remontam a Stuart Mill, passando por desdobramentos. Conforme Pinto (1977: 42), “Denotação é a relação que se dá entre uma expressão lingüística e o objeto ou classe de objetos a que se refere ou pode ser aplicada pelo usuário.”

Deve-se considerar o termo “objeto” na relação da teoria do conhecimento entre sujeito epistêmico e objeto do conhecimento, e não como sinônimo de “coisa”, conforme se depreende em muitos textos.

Ao discutir a equivalência entre “denotação” e “referência” como componentes do significado, Bunge (1976: 39 e segs.) restringe esta última com os adjetivos “hipotética” ou “potencial”, enquanto “extensão” é reservada aos objetos com realidade empírica.

A distinção feita em 1892 por Frege entre “significação” (tradução literal, equivalente à referência) e “sentido”, ao examinar as expressões “Estrela d’alva” e “Estrela vespertina”, foi retomada por Russel (1956 [1905]). Constata que, embora a referência das duas expressões seja a mesma, ou seja, o planeta Vênus, os sentidos das expressões são diferentes: cada uma refere uma qualidade ou propriedade (conotação) da referência.

Segundo Pinto (1976: 44), conotação é “a relação que se dá entre a expressão e a característica ou características cuja posse pelo objeto é a condição necessária e suficiente para que a expressão a ele se aplique”. A análise sêmica (Greimas 1966) ou componencial (Katz & Fodor 1964) formaliza em traços as características do objeto conotado, como é exemplo [+ humano, - feminino, + adulto] para “mulher”: observe que, na

formalização lingüística, a ordem dos traços não é aleatória; por outro lado, se utilizam os traços binários, para evidenciar o caráter paradigmático da relação opositiva. A conotação é também conhecida como compreensão ou intensão.

Sob o enfoque da psicologia e de muitas outras disciplinas (inclusive de algumas teorias lingüísticas) e do conhecimento popular, denotação e conotação têm outro significado (não se trata de “sentidos” diferentes, mas sim de referências distintas).

Osgood (1964: 171), autor da diferencial semântica e também um dos fundadores da psicolingüística, assim confronta denotação e conotação: “Os usos denotativos ou referenciais dos termos – o modo como o léxico recorta o mundo – parecem ser em grande escala arbitrários e exclusivos a uma dada língua até que o etnolingüista descubra uma estrutura de componentes semânticos que possam abarcar comparativamente estes fenômenos. De modo análogo, nossas próprias pesquisas, nos últimos anos, fornecem evidência para uma estrutura universal subjacente a certos aspetos conotativos ou afetivos das línguas”.

Observe-se que Osgood equipara “conotativo” a “afetivo”. Leech (1974: 14-16), embora separe a significação conotativa da estilística e afetiva, mistura a definição da filosofia com a da psicologia, acrescentando à conotação três características:

- 1) ser incidental às línguas, ao invés de essencial;
- 2) ser relativamente instável (varia de acordo com a cultura, o período histórico e a experiência individual);
- 3) é indeterminada e aberta.

A confusão na lingüística foi introduzida por Bloomfield (1960 [1933]: 145-157) ao interpretar incorretamente o pensamento de Stuart Mill, atribuindo à conotação, por ele considerada de significados marginais em oposição aos centrais, o significado de “afetivo”, “individual” ou “social”. Entre os exemplos mencionados por Bloomfield está o da significação conotativa atribuída ao número 13.

Conforme se verificou do exemplo, termos considerados ferramenta indispensável para a explicação da referência, paradoxalmente se relacio-



nam a referências distintas, conforme a disciplina. Este exemplo é uma evidência para explicar uma das causas da discussão a seguir, evocada no início deste trabalho.

### 3. A indeterminação

As discussões mais recentes sobre a referência são determinadas por problemas tais como a indeterminação, a ambigüidade, a vaguedade, a polissemia e a subespecificação. Estas questões ainda não solucionadas colocam enormes desafios a qualquer teoria confiável sobre a memória semântica.

Deter-nos-emos nesta secção, com mais vagar, na indeterminação.

O problema da indeterminação pode ser examinado sob duas perspectivas: o primeiro é causado pela metodologia para a apreensão do significado e o segundo pela não distinção entre língua e discurso, entre sistema lingüístico e enunciação.

Tomemos, como exemplo, a proposta de interpretante de Pierce (1972) (não confundir interpretante com intérprete!), ou seja, a cadeia de traduções possíveis atribuíveis a um objeto, tais como a representação em diferentes sistemas semióticos, apontar (dêixis), as definições, as associações afetivas e a tradução para uma outra língua. Conforme se pode apreender, trata-se de um processo em aberto, cuja totalidade é inalcançável, causando, pois, a indeterminação.

Outro exemplo provém do cálculo das intensões (isto é, conotações). Já examinamos que as intensões ou conotações correspondem às características, ou semas, ou traços semânticos da análise componencial, apreendidos por comparação entre expressões. Dividem-se os traços semânticos em genéricos (possivelmente universais) e específicos, nucleares ou distinguidores, estruturados de acordo com campos semânticos específicos.

É exatamente deste último grupo que provém a dificuldade, em primeiro lugar, porque no bojo do mesmo significado há traços que apontam para campos semânticos distintos, em princípio, em aberto, nas chamadas relações semânticas coordenadas ou horizontais: por exemplo, se você analisar a expressão “cabo”, os campos semânticos para os quais

apontará, para apreensão dos traços distinguidores serão: hierarquia nas instituições militares; expressões lingüísticas para delimitar espaço; acidentes geográficos; parte dos artefatos para segurar; componentes para transmissão de sinais, e assim por diante. Verifica-se, novamente, uma das fontes da indeterminação.

A não distinção entre língua e discurso será examinada a seguir.

A indeterminação decorre também do princípio universal de que qualquer língua possui instrumentos disponíveis que permitem atualizar ou definir qualquer sentido lingüístico interpretável pelos usuários. Este é o cerne da idéia humboldteana de criatividade. Em conseqüência, por definição, é impossível construir uma teoria semântica que possa prever todos os sentidos possíveis que uma palavra possa ter, com a recuperação de seus respectivos referentes, já que toda a palavra possui um potencial virtual para cobrir novos sentidos, como assinalou Green (1996: 10): “praticamente qualquer palavra pode ser usada para denotar uma variedade quase ilimitada de tipos de objetos ou funções”.

Dentre os instrumentos disponíveis poderemos citar a transferência de significado que ocorre nas metáforas, metonímias e processos composicionais tanto morfológicos quanto sintáticos.

A teoria lexical gerativa de Pustejovsky (1995) é uma tentativa de definir “os significados múltiplos de uma palavra pelo uso da representação polimórfica numa estrutura coerente, a estrutura *qualia*” (Mineur & Buttelaar 1996: 126). A estrutura *qualia* codifica os papéis formais, de conteúdo, agentivos e télicos (finais), conforme Copestake & Briscoe (1996: 18).

O princípio da composicionalidade “assevera que o significado de uma expressão complexa é determinado pelo significado de seus constituintes e pelo modo como se combinam” (Ladusaw 1988: 91) e a “maioria dos argumentos a favor ou (contra) a tentativa de uma classificação refinada da estrutura semântica no léxico repousa no tratamento do comportamento polissêmico e conseqüentes efeitos sintáticos.” (Copestake & Briscoe 1996: 15).

Embora haja um esforço para formalizar “a representação de um item lexical de tal modo que ele assumia sentidos diferentes nos diversos contextos composicionais na semântica” (Pustejovsky & Boguraev 1996: 1),

isto significa apenas a superfície de um iceberg, se considerarmos todas as outras possibilidades gerativas disponíveis para a atribuição de novos sentidos a uma palavra.

Novos sentidos podem ser também atribuídos a uma expressão através da rede de sentidos coerentemente construída em qualquer texto, guiada por um esquema ou marco específicos. Comunidades lingüísticas vinculadas seja por fatores profissionais e/ou sócio-culturais e/ou etários compartilham os mesmos esquemas ou marcos onde as palavras adquirem seus sentidos específicos.

A explosão semântica causada pelo crescimento exponencial da ciência e da tecnologia no último século, paralelamente à injeção maciça dos empréstimos lingüísticos devido à globalização, acarreta problemas avassaladoramente complexos. Os fatos não são tão transparentes quanto os referentes atribuíveis à palavra “banco”, tantas vezes citada na literatura, quer por processos polissêmicos ou homonímicos (Pustejovsky & Boguraev 1996: 2; Buvac 1996: 113; Mineur e Buttelar 1996: 129).

A recuperação da referência e a identificação do referente de uma expressão também envolvem processos anafóricos a nível micro e macro estrutural dos textos coesivamente construídos, além da utilização de recursos extralingüísticos, tais como o contexto situacional, o conhecimento cultural e compartilhado e pistas pragmáticas. Em adendo, o contexto situacional é absolutamente necessário para a recuperação referencial das pessoas do discurso e seus satélites espaciais (de Villiers e de Villiers, 1974) e temporais, já que eles carecem de autonomia referencial: junto com o conhecimento cultural e compartilhado, são responsáveis pela vaguedade do discurso.

Não existe possibilidade de resolver o problema da vaguedade através da análise isolada e descontextualizada de expressões ou mesmo de sentenças sem levar em consideração o conhecimento e as intenções dos participantes do discurso, embora a intencionalidade seja, conforme o próprio Fodor admita, um “mistério”... Neste sentido, Jackendoff (1998: 216) comenta que “O problema básico da intencionalidade não pode ser um mecanismo causal”, enquanto Green (1996: 4) afirma que “O argumento procede através da demonstração de que existem indeterminações pervasivas e sistemáticas na interpretação ao nível do discurso.” Ela cita

os resultados de um experimento informal (1996: 8), no qual solicitou a dezoito adultos voluntários o desenho do “casal feliz”: os resultados não foram homogêneos, uma vez que “quinze desenharam um Jack magro e uma Mrs. Sprat gorda, enquanto três fizeram” o oposto. Este experimento informal fornece evidências ao fato de que: 1) a evocação do referente através de um estímulo lingüístico não opera modularmente, já que há muitas redes conectando diferentes modalidades de processamento; 2) a recuperação do referente depende da experiência individual pregressa do indivíduo, registrada por cada pessoa em sua memória.

Propostas recentes (Lakoff 1987, 1988); Varela, Thompson & Rosch 1993) ressaltam a importância da experiência individual de vida para a categorização. Tentativas de resolver problemas ao nível das representações do discurso foram levadas a cabo por Kamp (1981), Heim (1982), Scha & Polanu (1988) e Asher & Lascarides (1996: 69-108) enquanto Barwise e Perry (1983) propuseram a Teoria Semântica Situacional, pela qual “o mundo consiste de situações, que contêm indivíduos reais, propriedades, relações e localizações no espaço e tempo. As situações são conjuntos de construções teóricas, mas as propriedades e as relações são primitivos mais do que construções a partir de indivíduos e pontos de referência” (Ladusaw 1988: 106).

#### **4. No entanto, as pessoas se comunicam**

O fato de que não exista uma teoria semântica que dê conta de forma exhaustiva das possibilidades infindas para a recuperação da referência e dos referentes não exclui aquelas que preencham os requisitos científicos do nível explicativo, da coerência interna e da previsibilidade, podendo ser sucessivamente desconfirmadas por novos dados e procurando explicar de forma mais convincente como as pessoas se entendem.

Tais teorias devem partir das bases biopsicológicas comuns à espécie humana que permitem formas similares de sentir, perceber, conhecer, armazenar e processar a experiência e de como, apesar das idiosincrasias individuais e grupais, as pessoas, pertencentes à mesma comunidade lingüística, “sintonizam suas consciências” (Brown 1970[1958]: 3).

Pan & Berko (2001: cap. 4) também afirmam que “é importante observar que o significado de uma palavra reside nos falantes de uma

língua comum, não no mundo dos objetos”. Em consequência, o que as teorias devem recobrir é o significado intensional, embora limitando os campos semânticos, não o extensional.

Conforme Jackendoff assevera (1998: 16): “nossas conceitualizações são iguais porque elas são limitadas pelo modo como nossa mente evoluiu para fazer face ao mundo, em especial, para construir o mundo em termos de objetos comuns”. Em 1983 ele propôs as seguintes categorias ontológicas: COISAS, LUGARES, DIREÇÕES, AÇÕES, EVENTOS, MODOS E QUANTIDADES.

Atualmente há muita pesquisa experimental tentando confirmar a existência do conhecimento ontológico. Consultem-se, por exemplo, Sera, Gathjie & Castillo Pintado (1999).

Algumas tentativas para explicar como as pessoas se comunicam, apesar dos problemas acima levantados, podem ser exemplificadas com a proposta de Mineur & Butteler (1996: 131) “os humanos são capazes de se comunicar de uma forma inteligível a maior parte do tempo. Isto levamos a acreditar que, de fato, existem dois níveis de raciocínio semântico, um que opera com a informação que pode ser obtida via léxico, e a outra que envolve o conhecimento do mundo real”: significações lingüísticas básicas, conceitos default aos quais uma comunidade lingüística atribui os mesmos valores garantiriam o intercâmbio das idéias. O enfoque de Green (1996: 11) a este respeito é pragmático: “A escolha lexical está sempre sujeita ao limite pragmático pelo qual temos que considerar como nossa pretendida audiência estará apta a identificar corretamente nosso referente pretendido pelo uso da expressão que escolhermos”. Isto é confirmado pelos estudos sobre a fala dirigida à criança (*Child Directed Speech*): “Os rótulos que os adultos fornecem às crianças não são sempre os mesmos que usariam com os adultos ou com crianças mais velhas.”(Pan & Berko Gleason 2001: cap. 4).

Em todas as posições acima mencionadas, existe uma concordância subjacente: a estruturação do significado precisa seguir os mesmos princípios comuns, pois do contrário, as pessoas não estariam aptas a se comunicar. As teorias semânticas como as de Katz & Fodor (1964) sinalizando a ruptura para com um tratamento estritamente lógico em direção ao psicológico foram as primeiras tentativas neste sentido: elas utiliza-

vam o mesmo aparato formal binário da fonologia para explicar os traços semânticos universais substantivos, introduzindo a idéia de uma estrutura hierárquica que seria seminal para explicar as relações superordenadas. Mas somente teorias subseqüentes como a Teoria dos Protótipos de Rosch (1978) apresentaram evidências empíricas mais robustas.

## 5. Alguns desafios para a validação de hipóteses

Em virtude do caráter abstrato dos conceitos, é difícil conceber como eles estarão representados na memória semântica. Contudo, “Embora o significado seja um evento mental, ainda é necessário especificar seu significado exato” (Pan & Berko Gleason 2001: cap.4). A forma mais fácil seria adotar a teoria saussureana da indissolubilidade do signo lingüístico e assim, para cada significado (conceito) corresponderia um significante (imagem acústica, ou sucessão de fonemas). Contudo, esta teoria coloca enormes problemas teóricos e empíricos, já que não existe uma relação unívoca entre um conceito e sua suposta representação fonêmica, seja ao aceitarmos uma representação composicional de traços semânticos, ou uma rede semântica constituída de nós, ou uma hierarquia prototípica. Em cada uma das mencionadas teorias, existem relações semânticas de campo cruzadas de uma natureza diferente daquelas que definem o modo como reconhecemos um item lexical. Conforme Clark (1993: 10) menciona: “A organização conceptual e os conceitos que a compõem não são os mesmos que os significados de um item lexical de uma língua”.

A impossibilidade de um escrutínio direto das formas semânticas determinou a decisão de Bloomfield (1960[1933]) de excluir a semântica da lingüística, conforme já mencionado. Por outro lado, as hipóteses derivadas de qualquer teoria sobre a estruturação da memória semântica somente podem ser testadas indiretamente e não é sempre que uma resposta revela o suposto mecanismo a ela subjacente, conforme concluiremos das discrepâncias entre as respostas dos sujeitos e suas justificativas imediatas, na bateria de emparelhamento de palavras aplicada por Monteiro.

Com o *caveat* de que as formalizações semânticas não espelham as formas representadas em nossa mente, deveremos considerá-las como ferramenta científica para as explicações dos fenômenos sob investigação.

Outro desafio para testar hipóteses sobre a estruturação da memória semântica é que o processamento não é modular, conforme se verificou na discussão precedente. Deixando de lado o significado dos morfemas puramente gramaticais, cujo processamento é modular, o significado dos verbos, substantivos e adjetivos é feito em paralelo (as chamadas faculdades horizontais de Fodor (1983)) por diferentes modalidades. Isto torna difícil, por um lado, controlar as interferências de variáveis estranhas na situação experimental, mas, por outro, abre interessantes possibilidades para a pesquisa, o que permitiu a Monteiro levantar a questão da influência da escolaridade e do nível de letramento sobre a estruturação da memória semântica: os não alfabetizados e semi-alfabetizados demonstraram uma preferência por agrupar os itens de acordo com seus esquemas ou marcos pessoais de vida (representações de eventos), enquanto os outros sujeitos demonstraram preferência pelo agrupamento conceitual taxonômico (prototípico), influenciado por sua memória enciclopédica e pelas práticas escolares. A oposição entre relações esquemáticas e taxonômicas também é assinalada por van Helden-Lankhaar (1999: 25-6): “as relações esquemáticas nos significados das palavras são fortemente ligadas às representações de eventos inteiros” ... “Elas refletem aspectos concretos da experiência, funcionais ou perceptuais, dependentes do contexto, tais como ‘banana – amarelo’, ‘cadeira – sentar’. Em contraste, as relações taxonômicas descontextualizadas entre palavras são baseadas em componentes mais abstratos, que não são imediatamente dados à percepção.”

Nas seções seguintes, discutiremos algumas pesquisas baseadas em aquisição da linguagem e nos dados de Monteiro que demonstram estas duas principais tendências através das quais a memória semântica está organizada.

## 6. Estudos sobre o desenvolvimento semântico

Brown, num artigo seminal (1970[1958]), foi o primeiro psicolinguísta a propor uma estruturação hierárquica da memória semântica em aquisição da linguagem. Ele começou por explicar que os adultos utilizam o que hoje denominamos Fala Dirigida à Criança (CDS) “buscando para alguns referentes nomes que os caracterizam mais generalizadamente e, para outros referentes, nomes que os categorizam mais

estritamente” (Brown 1970[1958]: 3). Inspirado na teoria de Frege de que “cada referente possui vários nomes”, os adultos quando falam com as crianças preferem hipônimos: ao invés de usarem a palavra fruta, “eles dirão maçã, banana, laranja e mesmo abacaxi” e “Para a criança o nome dado a um objeto antecipa as equivalências e diferenças que precisarão ser observadas na maioria das vezes em que lidar com tal objeto,” (Brown 1970[1958]: 4/5). A última citação se reporta ao princípio aristotélico do *genus proximum et differentia specifica* que guia a categorização e é geralmente seguido pelos psicolinguístas que trabalham com tais pesquisas (veja-se, por exemplo, Van Helden-Lankhaar 1999). Brown (1970[1958]: 7) também menciona que “A larga preferência da comunidade pela palavra colher corresponde à larga prática da comunidade de tratar colheiras como equivalentes, mas diferentes de facas e garfos”. Neste passo, Brown está aludindo ao princípio da convencionalidade e também ao mesmo fato assinalado por Pan & Berko Gleason (2001: cap. 4) de que “Uma das tarefas primárias da criança no desenvolvimento semântico é adquirir conceitos categoriais (i.é, aprender que a palavra cachorro se refere a toda uma classe de animais) e de ser capaz de aplicar a palavra a novas instâncias apropriadas da categoria”. Brown (1970[1958: 11-13) refuta a idéia de que “a direção do crescimento do vocabulário (de subordinados para superordenados ou vice-versa) revele a direção do desenvolvimento cognitivo”. Ao contrário, ele aceita o ponto de vista de que “o estágio primitivo na cognição se caracteriza por uma falta comparativa de diferenciação”. A proposta de Brown vem sendo confirmada pelos experimentos de Mandler (1999), em bebês a partir dos nove meses.

Em seu levantamento sobre o desenvolvimento semântico, Carey (1983[1982]) resenha as teorias mais produtivas para explicar a estruturação da memória semântica na criança, mas ela conclui ao final que não existe mesmo teoria do desenvolvimento semântico (Carey 1983[1982]: 148). Ela começa com a Teoria dos Traços Semânticos de Clark (1973) que se baseava na análise componencial linguística. O cerne da teoria era a natureza dos primitivos ou traços, isto é, as menores unidades que variam de uma maior generalidade em direção à especificidade e que, de acordo com a Teoria dos Traços Semânticos, deveriam ser adquiridos um de cada vez, ao longo de um período de tempo, sendo os mais genéricos adquiridos primeiro. Estas previsões não foram confirmadas empiricamente e Clark abandonou sua posição inicial em favor da Teoria



do *Contraste Lexical* (1983, 1987, 1990, 1993, 1995). Clark atualmente defende dois princípios operacionais dominantes que guiam o processo de desenvolvimento lexical: o princípio do contraste e o princípio da convencionalidade. De acordo com estes princípios (Clark 1995), entre outros procedimentos, as crianças devem identificar os significados potenciais, utilizando categorias ontológicas já estabelecidas tais como objetos, ações, eventos, relações, estados e propriedades. Em conseqüência, Clark aceita a precedência das representações cognitivas sobre as lingüísticas semânticas. A precedência das representações cognitivas é elegantemente exemplificada por Pan & Berko Gleason: “Embora os bebês primeiro tratem todos os objetos do mesmo jeito (com a boca, tocando, sacudindo e batendo), aos poucos começam a tratá-los de forma diferenciada. Neste ponto, uma boneca pode ser segurada e um carrinho puxado no chão. O tratamento diferencial dos objetos pelas crianças indica a um nível fundamental como elas estão categorizando os objetos. Outra evidência empírica é fornecida por Soja (1994): crianças de dois anos agrupam objetos similares de acordo com a cor, embora não conheçam seus nomes.

Outra teoria produtiva que procurou explicar como a memória semântica se estrutura foi a Teoria das Redes Semânticas (Collins & Quillian 1969), mais tarde expandida por Collins & Loftus (1975). De acordo com esta teoria, há muitas redes que ativam simultaneamente itens lexicais diferentes, ligados por redes hierárquicas.

Em seu levantamento, Carey resenha as críticas de Wittgenstein (1953) às teorias semânticas clássicas, bem como a proposta subsequente de Putnam (1962) dos agrupamentos de conceitos. A contribuição mais importantes para os experimentos psicolingüísticos que emergiu de tais debates foi a proposta de Rosch (1978) do membro prototípico de uma categoria “como o membro que compartilha a maioria dos componentes subjacentes com outros membros e o mínimo com membros de categorias contrastantes” (Carey 1983[1982]: 352). De acordo com esta nova proposta, os membros periféricos seriam os últimos a serem adquiridos, o que foi comprovado empiricamente. Como Barrett (1995: 378) assinou, “O referente prototípico efetivamente funciona para a criança como uma especificação do referente mais típico e evidente daquela palavra”. Em adendo, enquadra-se perfeitamente no princípio e estratégia taxonômicos (Markman 1987) que proclama que “palavras novas podem

ser estendidas a outros membros da mesma categoria” (Pan & Berko Gleason 2001: cap.4).

No entanto, não existe consenso entre os pesquisadores sobre o significado exato de um protótipo. Outra crítica é a de que “a teoria dos protótipos não explica (ou mesmo contempla) a aquisição pelas crianças das palavras sociopragmáticas e dependentes do contexto, ou o processo de descontextualização” (Barrett 1995: 380).

A crítica deu origem à Teoria da Representação de Eventos de Nelson (1983, 1986; Lucariello & Nelson 1985) e parece inspirada na teoria da etnografia da fala de Hymes (1968). A Teoria da Representação de Eventos postula que “antes de adquirirem suas primeiras palavras, os bebês constroem um conhecimento sobre os eventos freqüentemente recorrentes que têm lugar em seu ambiente cotidiano” (Barrett 1995: 380). A pesquisa de Barrett sobre o desenvolvimento lexical inicial evidencia a existência de duas principais tendências a guiar as representações mentais do significado: as representações de eventos e as prototípicas. Em conseqüência, ela propôs o seu Multimodelo de Desenvolvimento Lexical Inicial (1995: 382-4): as representações de eventos são responsáveis pelas significações dependentes de contexto e sociopragmáticas enquanto as prototípicas permitem a estruturação descontextualizada dos conceitos, seguindo os princípios da prototypicalidade. Embora não sendo mutuamente exclusivas, são encontradas preferências para com uma e outra forma de representar, definir, e evocar o significado, determinadas por fatores tais como o desenvolvimento lingüístico e cognitivo; relações entre campos semânticos específicos e as atividades de cada um e pelo que constitui a principal hipótese de trabalho de Monteiro, ou seja, o nível de letramento e de escolaridade.

Smith & Medin (1981) propuseram uma teoria alternativa, denominada de probabilística, pela qual os conceitos são divididos em “clássicos” e “probabilísticos”: os últimos não compartilham um conjunto de traços essenciais, não apresentam limites nítidos e não podem ser organizados hierarquicamente, como é o caso do campo semântico das cores.

As primeiras palavras utilizadas pelas crianças, além de expressarem seus estados afetivos internos (Halliday 1975), são ou referenciais ou dependentes de contexto, mas deve ser mencionado que o âmbito de exten-

são referencial de seus conceitos iniciais não é o mesmo do dos adultos. Pesquisas recentes assinalaram os seguintes fenômenos na extensão referencial de crianças muito pequenas: infra-extensão, superextensão, debordamento e confusão. Tais fenômenos evidenciam que a estruturação semântica não está totalmente pronta desde o começo, mas, ao contrário, se refina com o desenvolvimento lingüístico e cognitivo e através da interação social.

As pesquisas de Bowerman (1978) e Nelson (1982) revelam que os referentes que são rotulados através da superextensão “têm ao menos um traço em comum”, embora estudos recentes demonstrem que o fenômeno “pode resultar de uma variedade de outros fatores, desde “a criança deliberadamente esticar o uso de uma palavra já adquirida para preencher um propósito comunicativo” até “ter formado uma associação entre dois objetos” ou “usar a palavra de forma metafórica” (Barrett, 1995: 371/3).

A reestruturação progressiva dos conceitos é muito bem ilustrada pelo estudo exaustivo de Dromi (1987) sobre perfis evolutivos de 276 palavras que ela coletou de uma criança dos 10 aos 18 meses. Partindo do pressuposto de que “a semelhança da forma não indica necessariamente a similaridade da referência, e de que a descrição do contexto nem sempre revela a referência de uma nova palavra da criança”, ela atacou o problema “conduzindo análises de usos repetidos da mesma palavra em diferentes contextos ao longo do tempo” (Dromi 1987: 32). Ela pôde, então, projetar “um conjunto fechado de todos os perfis de extensão presentes nos dados” (Dromi 1987: 144). As conclusões de Dromi (1987: 145) são as de que “Existiam mais palavras na amostra que mostravam um comportamento de extensão consistente do que aquelas que manifestavam mudanças”. Dentre as últimas, elas “eram regularmente estendidas imediatamente após”... “infra-extensões raramente foram constatadas depois de um período de superextensão”.

## 7. Evidências empíricas de Monteiro

Embora haja discrepâncias epistemológicas em relação ao status da referência, as teorias psicolingüísticas que tentam explicar como as pessoas comunicam textos inteligíveis, baseadas no modo como o conheci-

mento está estruturado e como o significado é evocado, continuam a prover hipóteses de trabalho que podem ser empiricamente testadas.

Elas são motivadas pela existência de princípios universais que comandam o modo como as pessoas percebem a experiência, constroem e registram os conceitos, mapeando-os em categorias lingüísticas limitadas pela variedade sociolingüística específica e pela experiência cultural de cada indivíduo.

Existe um consenso sobre o caráter aberto do léxico mental e da memória semântica. Em conseqüência, ocorre um processo contínuo de reorganização das redes semânticas em relação bi-direcional com a memória enciclopédica e popular.

Quanto mais uma pessoa desenvolve seu conhecimento enciclopédico sobre um tópico particular, mais refinadas são as subdivisões das redes semânticas que estruturam sua cosmovisão, conectando classificações baseadas, inicialmente, somente na percepção.

O conhecimento enciclopédico se alimenta de duas fontes principais, a saber, a leitura e/ou a escola e as atividades profissionais específicas. Evocar os conceitos pode ser efetuado em paralelo, isto é, em direção aos conceitos lingüísticos organizados taxonomicamente e às representações de eventos, em virtude do caráter não modular de seu processamento.

Dentre as estratégias taxonômicas preferenciais, deve ser assinalado que o conhecimento enciclopédico pode influenciar os desdobramentos cada vez mais refinados das subdivisões numa rede cada vez mais complexa de relações, o que será exemplificado pelos dados obtidos por Monteiro.

### *7.1. Método e resultados parciais*

O objetivo geral de Monteiro foi verificar a influência da escolarização e da continuidade do letramento sobre a categorização e as formas preferenciais de evocação, se taxonômica ou de eventos.

43 sujeitos, moradores das cidades de Palhoça, Florianópolis e Maringá foram selecionados e agrupados conforme a distribuição da tabela abaixo:

<b>Grupos</b>	<b>Ss</b>	<b>Escolaridade</b>
G1 (iletrados)	9	Nunca freqüentaram a escola ou estavam no início da escolaridade
G2 (semiletrados)	7	Não ultrapassaram a 4 <sup>a</sup> série
G3 1 <sup>o</sup> . Grau	9	Não ultrapassaram a 8 <sup>a</sup> série
G4 2 <sup>o</sup> . Grau	9	Não ultrapassaram a escola secundária
G5 Grau superior	9	Formação universitária completa

**Tabela 1. Grupos de sujeitos.**

Os grupos 1 e 2 foram selecionados após passarem por um teste de descodificação de pseudo-palavras (logatomas) constante da Bateria de Recepção e Produção da Linguagem de Scliar-Cabral (2002).

A variável independente consistiu de cinco testes. Quatro deles foram produzidos por Kolinsky e Morais e o teste de hiperônimos foi produzido por Monteiro.

O teste 1, “Emparelhamento de palavras”, consistiu de 20 grupos de três palavras apresentadas ao sujeito: a primeira, repetida depois de apresentadas as três, estabelecia com uma das palavras uma relação taxonômica, enquanto com a outra, uma relação funcional. O sujeito deveria escolher entre as duas qual emparelhava com a primeira. Em seguida, dez grupos de três palavras foram apresentados, dentre as quais duas mantinham uma relação taxonômica e a terceira era um distrator; finalmente dez grupos de três palavras foram apresentados, das quais duas estabeleciam uma relação funcional e a terceira era um distrator.

O teste 2, “Emparelhamento de figuras”, seguiu o mesmo desenho do precedente, mas, ao invés de palavras, o pesquisador apresentava um conjunto de três gravuras, pedindo ao sujeito que escolhesse entre a segunda e terceira, qual delas emparelhava com a primeira. Em ambos os testes, após a escolha o sujeito deveria explicar as razões que a motivaram.

O teste 3, “Hiperônimos” (ou “Superordenados”), será comentado em maior detalhe. Consistia de três palavras coordenadas e o sujeito foi solicitado a dizer o que elas tinham em comum.

O teste 4, “Classificação de imagens”, tinha o mesmo propósito do anterior, ou seja, verificar a capacidade de o sujeito realizar classificações taxonômicas, porém com um desenho diferente. Eram apresentadas doze figuras misturadas ao acaso e o sujeito deveria agrupá-las de três em três, justificando a cada agrupamento as razões.

O teste 5, “Fluência verbal” (isto é, um teste de associação livre), teve por objetivo verificar, após a mensuração das pausas, se o sujeito agrupava itens por campos semânticos. Dados os hiperônimos “animais”, “instrumentos de trabalho”, “móveis”, “utensílios de casa” e “veículos”, o sujeito deveria enumerar o maior número possível de itens em dois minutos. Em seguida, foram dados hiperônimos de um nível mais específico, para o sujeito fazer a nomeação em 1 minuto: “animais de sítio”, “instrumentos de trabalho em oficina”, “móveis de sala ou escritório”, “veículos de terra e “animais de zoológico ou de circo”.

Passaremos a comentar o teste 3, “Hiperônimos”.

As respostas dos participantes foram categorizadas por cinco juízes de acordo com as seguintes categorias:

**Superordenado próximo:** Dados “maçã” – “limão” – “laranja”, o sujeito respondia “frutas”.

Todos os grupos apresentaram uma maioria de respostas nesta categoria. Contudo, uma análise de variância desempenhada na proporção das respostas “Superordenado próximo” mostra um efeito de grupo significativo ( $F(4,38)=7.94$ ,  $p < .0001$ ). Contrastes de Scheffé (com  $p < .05$ ) indicam que a proporção de respostas do “Superordenado próximo” é significativamente mais baixa para os iletrados do que para os outros grupos, exceto para os semiletrados. Contudo, os semiletrados não se diferenciaram significativamente dos grupos com maior escolaridade.

**Superordenado distante:** Dados “feijão” – “arroz” – “milho”, o sujeito respondia “comida”, ao invés de “grãos”, preferindo um rótulo mais genérico e mais alto na hierarquia.

**Erro:** Dados “cadeira” – “mesa” – “gaveta”, o sujeito respondia “eletrodomésticos”.

**Resposta avaliativa:** dados “cigarro” – “charuto” – “cachimbo”, o sujeito respondia “uma coisa que destrói as pessoa”.

**Atributo:** Dados “rádio” – “televisão” – “telefone”, o sujeito respondia “útil para ouvir”. Este tipo de resposta assinala a preferência por uma estratégia sintagmática, uma vez que o sujeito está predicando e usualmente é acompanhada de evocação de representação de eventos. Esta última estratégia se torna clara através das explicações dadas pelos sujeitos, conforme veremos logo a seguir. No exemplo acima, o sujeito simultaneamente não apreendeu o traço comum que liga as três palavras.

**Subordinado:** Dados “espada” – “faca” – “pistola”, o sujeito respondia “cabo”.

**Simbólico:** Dados “espada” – “faca” – “pistola”, o sujeito respondia “morte”.

### **Ausência de resposta**

A categoria selecionada para cada resposta foi a rotulada pela maioria dos juízes. Quando não se observava maioria para uma resposta, um sexto juiz foi consultado para escolher dentre as categorias mais frequentes.

## *7.2. Representação de eventos*

A estratégia de evocar a representação de eventos se mostra mais evidente através dos comentários fornecidos pelos sujeitos para explicar as razões de suas escolhas no teste de Emparelhamento de palavras. Depois de o experimentador ler as três palavras “olhos” – “orelhas” – “óculos”, e perguntar ao sujeito qual das duas últimas palavras combinava melhor com “olhos”, um sujeito iletrado respondeu:

“A orelha tem a ver com os olhos porque segura os óculos, se a gente não tiver orelha, não pode botar óculos, né.”

Um outro exemplo desta estratégia, desta vez, a resposta do sujeito V à pergunta “O que tem mais a ver com cinema, a rua ou o ingresso?”:

“O ingresso, né?”

“Por quê?”

“Porque, se você não tiver o ingresso, não pode assistir o cinema, né, tem que ter o ... apesar que todos dois combina. Se não tiver a rua, você não pode passar pra ir comprar o ingresso, né, então...”

Para um outro sujeito, a pesquisadora falou:

“A senhora vai combinar com a janela ou a porta ou a cortina.”

“Então a janela.”

“Não, porta ou cortina.”

“Porta.”

“Por quê?”

“Porque a porta dá pra você passar. Pela janela é meio difícil, né?”

Um outro sujeito respondeu ao comando:

“Janela. O que que combina mais com janela, o que tem mais coisas a ver com janela, a porta ou a cortina?”

“A cortina.”

“Por quê?”

“Porque pra colocar uma cortina na porta fica meio difícil, né, então tem que ter uma janela que é pra escurecer para ficar mais...”

## 8. Considerações finais

Neste artigo, nosso propósito foi discutir problemas difíceis com os quais se defrontam as teorias que tentam explicar como a referência e como os itens são evocados.

Inicialmente, apresentamos uma resenha da literatura corrente sobre alguns destes problemas, tais como as divergências epistemológicas



subjacentes ao tratamento da referência, os recortes distintos pelas diferentes disciplinas, exemplificando com os termos conotação e denotação; a seguir, tratamos da indeterminação, concluindo que, embora haja discrepâncias profundas, as teorias devem explicar como pessoas pertencentes a uma mesma comunidade lingüística intercambiam estados de consciência. Categorias ontológicas universais junto com processos psicolingüísticos comuns tais como o uso de pistas contextuais e extralingüísticas ou o conhecimento compartilhado permitem a recuperação dos sentidos específicos e a evocação dos referentes, por natureza, infindos.

O caráter aberto e em contínua reestruturação da memória semântica foi demonstrado pelas pesquisas sobre a aquisição da linguagem. O efeito de outros fatores sobre a estruturação e a evocação do significado foi empiricamente demonstrado nos dados obtidos por Monteiro com sujeitos pertencentes a diferentes níveis de letramento e escolaridade. Duas estratégias preferências, embora não mutuamente exclusivas, foram observadas: a evocação de significados conceituais lingüísticos e a de representações de eventos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, B. 1997. Models, truth and semantics. *Linguistics and Philosophy* 20 ( 2): 117-138.
- ASHER, N. & A. LASCARIDES. 1996. Lexical disambiguation in a discourse context. In J. PUSTEJOVSKY & B. BOGURAEV (orgs.) *Lexical Semantics*. New York: Oxford University.
- BARRETT, M. 1995. Early lexical development. In P. FLETCHER & B. MACWHINNEY (orgs.) *The handbook of Child Language*. Oxford, UK: Basil Blackwell.
- BARWISE, J. & J. PERRY. 1983. *Situations and Attitudes*. Cambridge, M.A.: MIT Press,.
- BLOOMFIELD, L. 1960. *Language*. New York: Henry Holt [1933].
- BOWERMAN, M. 1978. The acquisition of word meaning: an investigation into some current conflicts. In N. WATERSON & C. SNOW (orgs.) *The Development of Communication*. Chichester: John Wiley & Sons.

- BROWN, R. 1970. How shall a thing be called? In R. Brown, *Psycholinguistics, Selected Papers*. New York: The Free Press [1958].
- BUNGE, M. 1976. *Tratado de Filosofia Básica: Semântica*. Trad. L. Hegenberg; O. S. da Mota. São Paulo: EPU/USP.
- BUVAC, C. S. 1996. Resolving lexical ambiguity using a formal theory of context. In K. van DEEMTER & S. PETERS (orgs.) *Semantic Ambiguity and Underspecification*. Stanford, Calif.: CSLI publications.
- CAREY, S. 1983. Semantic development. In E. WANNER & L. R. GLEITMAN (orgs.) *Language Acquisition: the State of the Art*. New York: Cambridge University [1982].
- CLARK, E.V. 1973. What is in a word? On the child's acquisition of semantics in his first language. In T. Moore (org.) *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. New York: Academic Press.
- \_\_\_\_\_. 1983. Meanings and concepts. In J.H. FLAVELL & E. MARKMAN (orgs.) *Handbook of Child Psychology*. Vol. 3 *Cognitive Development*. New York: John Wiley & Sons. Org. Geral, P.H. Mussen.
- \_\_\_\_\_. 1987. The principle of contrast: a constraint on language acquisition. In B. MACWHINNEY (org.) *Mechanisms of Language Acquisition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- \_\_\_\_\_. 1990. On the pragmatics of contrast. *Journal of Child Language* 17: 417-31.
- \_\_\_\_\_. 1993. *The lexicon in acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 1995. Later lexical development and word formation. In P. FLETCHER & B. MACWHINNEY (orgs.) *The handbook of Child Language*. Oxford, UK: Basil Blackwell.
- COLLINS, A.M. & M.R. QUILLIAN, M.R. 1969. Retrieval time from semantic memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior* 8: 240-47.
- \_\_\_\_\_. & E. F. LOFTUS .1975. A spreading-activation theory of semantic processing. *Psychological Review* 82: 407-28.
- COPESTAKE, A . & T. BRISCOE .1996. Semi-productive polysemy and sense extension. In J. PUSTEJOVSKY & B. BOGURAEV (orgs.) *Lexical Semantics*. New York: Oxford University Press.
- DE VILLIERS, P. & J. DE VILLIERS .1974. On this, that, and the other: Nonegocentrism in very young children. *Journal of Experimental Child Psychology* 18: 438-47.
- DROMI, E. .1987. *Early lexical development*. New York: Cambridge University.
- DUCROT, O. 1973. *La preuve et le dire. Langage et logique*. Paris: Mame.

- FODOR, J. A. 1983. *The modularity of mind*. Cambridge, Mass.: M.I.T.
- GREEN, G.M. 1996. Ambiguity resolution and discourse interpretation. In K. VAN DEEMTER & S. PETERS (orgs.) *Semantic Ambiguity and Underspecification*. Stanford, Calif.: CSLI publications.
- GREIMAS, A.J. 1966. *Sémantique Structurale*. Paris: Larousse.
- HALLIDAY, M.A .K. 1975. *Learning How to Mean: Explorations in the Development of Language*. Londres: Edward Arnold.
- HEIM, I.R. 1982. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. Doctoral dissertation, University of Massachusetts at Amherst.
- HYMES, D. 1968. The ethnography of speech. In J.A .FISCHMAN (org.) *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton.
- JACKENDOFF, R. 1983. *Semantics and Cognition*. Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Semantic Structures*. Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. 1992. *Languages of the Mind*. Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. 1998. Why a conceptualist view of reference? *Linguistics and Philosophy* 21 (2): 211-219.
- KAMP, J. A .W. 1981. A theory of truth and semantic representation. In J..A.G. GROENEDIJK *et al.* (orgs.) *Formal Methods in the Study of Language. Mathematical Centre Tracts 135*. Amsterdam: Mathematisch Centrum. Reimpresso como .1983. *Truth, Interpretation and Information*. GRASS 2, Dordrecht: Foris
- KATZ, J.J. & J.A. FODOR .1964. The structure of a semantic theory. In J.A. FODOR & I. J. KATZ (orgs.) *The Structure of Language*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- LADUSAW, W.A. 1988. Semantic theory. In F. J. NEWMYER (org.) *Linguistic Theory: Foundations*. New York: Cambridge University, vol. I.
- LAKOFF, G.1987. *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago: University of Chicago.
- \_\_\_\_\_. 1988. Cognitive Semantics. In U. ECO, M. SANTAMBROGLIO & P. VIOLI (orgs.) *Meaning and Mental Representations*. Bloomington: Indiana University.
- LEECH, G. 1974. *Semantics*. Hamondsworth, Middlesex: Penguin.
- LUCARIELLO, J. & K. Nelson .1985. Slot-filler categories as memory organizers for young children. *Developmental Psychology* 21: 272-282.
- MANDLER, J. M. 1999. Seeing is not the same as thinking: commentary on “Making sense of infant categorization”. *Developmental Review* 19: 297-306.

- MARKMAN, E. 1987. How children constrain the possible meaning of words. In U. NEISSER (org.) *Concepts and Conceptual Development: Ecological and Intellectual Factors in Categorization*. Cambridge, UK: Cambridge University.
- MINEUR, A.-M. & P. BUTTELAAR .1996. A compositional treatment of polysemous arguments in Categorical Grammar. In K. VAN DEEMTER & S. PETERS (orgs.) *Semantic Ambiguity and Underspecification*. Stanford Calif.: CSLI publications.
- NELSON, K. 1983. The derivation of concepts and categories from event representations. In E. K. SCHOLNICK (org.) *New Trends in Conceptual Representation: Challenges to Piaget's Theory?* Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- \_\_\_\_\_. 1986. *Event Knowledge*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- OGDEN, C.K. & I.A. RICHARDS .1936. *The Meaning of Meaning*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner.
- OSGOOD, C.E. 1964. Semantic differential technique in the comparative study of cultures. *American Anthropologist* 66 (3) jun.: 171-200.
- PAN, B. A. & J. BERKO GLEASON .2001. Semantic development: learning the meaning of words. In J. BERKO GLEASON (org.) *The Development of Language*. Needham Heights, MA: Allyn & Bacon/Pearson Education: Cap. 4.
- PIERCE, C.S. 1972. *Semiótica e Filosofia. Textos Escolhidos de Charles Sanders Pierce*. Trad. O.S. da Mota e L. Hegenberg. São Paulo: Cultrix.
- PINTO, M.J. 1977. *Análise Semântica das Línguas Naturais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- PINXTEN, R. 1976. *Universalism versus Relativism in Language and Thought*. The Hague: Mouton.
- PUSTEJOVSKY, J. 1995. *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. & B. BOGURAEV (orgs.) 1996. *Lexical Semantics*. New York: Oxford University.
- PUTNAM, H. (1962) The analytic and the synthetic. In H. FEIGH & G. MAXWELL (orgs.) *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*. Vol. 3, Minneapolis: Univ. of Minnesota Press.
- ROSCH, E. 1978. Principles of categorization. In: E. ROSCH & B. LLOYD (orgs.) *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- RUSSEL, B. 1956. On denoting. In *Logic and Knowledge. Essays 1901-1950*. Londres [1905].
- SAPIR, E. 1961. *Linguística como Ciência*. Seleção, trad., notas de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica.

- SAUSSURE, F. de .1972. *Cours de Linguistique Générale*. Edition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot.
- SCHA, R. & R. POLANYI .1988. An augmented context free for discourse. *Proceedings of the 12th International Conference on Computational Linguistics*. Budapest: 573-577.
- SCLIAR-CABRAL, L. 1991. *Introdução à Psicolinguística*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_.2002. *Princípios do Sistema Alfabético do Português do Brasil*. (no prelo)
- SERA, M.D., J. GATHJE & J. DEL CASTILLO PINTADO .1999. Language and ontological knowledge: The contrast between objects and events made by Spanish and English speakers. *Journal of Memory and Language* 41: 301-26.
- SMITH, E. & D. MEDIN .1981. *Categories and Concepts*. Cambridge, M.A: Harvard Univ.
- SOJA, N. 1994. Young children's concept of color and its relation to the acquisition of color words. *Child Development* 65: 918-37.
- VAN HELDEN-LANKHAAR, A . M. 1999. *Words in Progress: Taxonomic Relations and Novel Compounds in Lexical Development*. Doctoral dissertation, University of Utrecht.
- VARELA, F., E. THOMPSON, & E. ROSCH .1993. *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. 3a. ed. Cambridge, Londres: The M.I.T. Press.
- WITTGENSTEIN, L. 1953. *Philosophical Investigations*. New York: Macmillan.

Agradecimentos: a José Morais e Régine Kolinsky por seu tratamento estatístico e frutíferas discussões; a Berko Gleason por enviar o seu capítulo 4, em colaboração com Pan, antes da publicação (in J. Berko Gleason, 2001); a Rosemeire Monteiro, pelos seus dados preciosos.